

# A presença de empresas transnacionais no Norte Fluminense

Rosélia Piquet  
Cláudia Oliveira

## Resumo

O objetivo deste artigo é registrar a presença das empresas transnacionais e sua atuação na Região Norte Fluminense, procurando a partir daí, inferir as perspectivas de desenvolvimento da Região. Para tal, realizou-se um levantamento durante o segundo semestre de 2014 utilizando-se as seguintes fontes: (i) Catálogo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), que reúne dados das empresas de todos os segmentos industriais do estado; (ii) Cadastro de fornecedores de bens e serviços da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP); e (iii) Cadastro das empresas associadas à Associação Brasileira de Serviços de Petróleo (Abespetro). Os dados levantados indicam que é nesta região que se encontra o maior número de empresas transnacionais (em relação à população residente) no estado do Rio de Janeiro. Conclui-se que, dada a grande dependência da indústria petrolífera às flutuações do mercado internacional do produto, tentar indicar as oportunidades abertas à Região é um exercício temerário. Sugere-se a intensificação de estudos e projetos pertinentes à realidade regional de modo a subsidiar políticas públicas de médio e longo prazo e os agentes sociais atuantes na Região.

**Palavras-chave:** empresas transnacionais; indústria de petróleo e gás; Região Norte Fluminense.

*The Presence of Transnational Companies in the North Fluminense Region*

## Abstract

*The aim of this article is to record the presence of transnational companies and their operation in the North of the State of Rio de Janeiro (North Fluminense Region), thereby seeking to infer development perspectives on the region. To this end, a survey was performed during the second half of 2014 applying the following sources: (i) Catalog of the Rio de Janeiro Industrial Federation (FIRJAN), which collects data from the companies of all industrial segments of the State; (ii) Catalog of suppliers of goods and services of the National Organization of the Petroleum Industry (ONIP); and (iii) Catalog of the associated companies with the Brazilian Association of Oil Services (Abespetro). These data show that it is in this region of Rio de Janeiro State where most of the transnational companies (in the context of the resident population) are located. It was concluded that trying to indicate the opportunities offered to the region is a reckless exercise due to the oil industry dependence on the fluctuations on the international market. The intensification of researches and projects relevant to the regional reality is suggested in order to subsidize public policies in the medium and long term and the operating social agents in the region.*

**Keywords:** Transnational companies; oil and gas industry; North Fluminense region.

## INTRODUÇÃO

Dada a importância que a Região Norte Fluminense desempenha na produção de óleos brutos de petróleo que, por sua vez, determinam as exportações brasileiras desse produto, o texto registra e analisa a presença das indústrias transnacionais do setor de petróleo e gás atuantes na região.

Tendo em vista as perspectivas de o país ser, em futuro próximo, um dos grandes exportadores mundiais de petróleo em função das descobertas de ricas jazidas na camada de pré-sal, os investimentos na indústria de petróleo assumem papel de destaque na economia brasileira. O petróleo constitui-se um caso especial no âmbito das análises industriais, uma vez que é um recurso não-renovável, altamente estratégico e sua exploração envolve o domínio de tecnologia de ponta. As atividades de exploração e produção offshore de petróleo são dominadas por poucas empresas globais, de grande porte, que atuam como agentes decisivos na determinação das tendências tecnológicas do setor. Essas fornecedoras de bens e serviços têm como característica comum a busca permanente de soluções para responder às exigências tecnológicas das companhias petrolíferas.

Além disso, enquanto que para inúmeros setores da indústria básica houve interesse dos países centrais em transferir para os países subdesenvolvidos as indústrias intensivas em energia, as que exigem grandes extensões de terras ou ainda as etapas mais poluentes das cadeias produtivas de outros produtos, a produção de petróleo, ao contrário, é objeto de acirradas disputas no plano internacional. O domínio ou a posse das jazidas torna-se até mesmo uma fonte renovável de guerras.

Nos países que buscam escapar da condição de simples provedores de recursos primários para os países centrais, além do domínio da etapa de exploração e produção, o refino e a indústria petroquímica significam uma estratégia de crescimento vista como capaz de conduzi-los ao desenvolvimento. Outro segmento, onde se concentram os maiores efeitos multiplicadores, a indústria para-petrolífera, compreende diversificada produção de componentes, indo desde equipamentos e peças de alta tecnologia até as de confecções simples. Neste segmento, a escala e a especificidade dos materiais e serviços necessários são tantas que raros países podem oferecer, competitivamente, a totalidades desses bens e serviços. Esta é a razão pela qual as empresas mundiais líderes do fornecimento de bens e serviços específicos para o setor de petróleo atuam em praticamente todos os países produtores de petróleo e gás.

É na Região Norte do Estado do Rio de Janeiro que se concentram os maiores investimentos na exploração e produção de petróleo e gás, estando localizado na cidade de Macaé, o mais importante centro de apoio logístico às atividades deste segmento no país. Em operação desde a década de 1970, para essa região se deslocaram escritórios e bases operacionais de importantes empresas que transformaram o Norte Fluminense e, principalmente Macaé (proporcionalmente a sua população), na maior aglomeração de transnacionais em atividade no país.

O objetivo deste artigo é então registrar a presença dessas empresas e sua atuação, procurando daí inferir as perspectivas do desenvolvimento da região. Para tal realizou-se um levantamento durante o segundo semestre de 2014 utilizando-se as seguintes fontes: (i) Catálogo 2012/2013 da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), que reúne dados das empresas de todos os segmentos industriais do estado; (ii) cadastro de fornecedores de bens e serviços da Organização Nacional da indústria do Petróleo (ONIP) e (iii) os dados do quadro de associados da Associação Brasileira de Serviços de Petróleo (ABESPETRO). As fontes escolhidas são de entidades reconhecidas na função de representar e agrupar empresas em torno de interesses corporativos. O catálogo de indústrias da FIRJAN se constitui no mais completo registro das empresas atuantes no estado. Já a escolha da ONIP e da ABESPETRO deu-se por se tratar de instituições que nacionalmente reúnem empresas atuantes no setor de petróleo e gás.

O artigo está organizado em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção faz-se uma breve retrospectiva histórica da presença do investimento externo direto na economia brasileira e a recente transformação dessa economia em termos de sua estrutura empresarial. Na segunda seção, descrevem-se como os interesses empresariais se realinharam em função das profundas mudanças na configuração empresarial relatadas na seção anterior. Finalmente na terceira seção, apresentam-se os resultados da pesquisa realizada, quando também se procura indicar as perspectivas quanto ao desenvolvimento regional.

## O INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A formação de capital industrial em escala significativa no Brasil começou no início da década de 1870 e ocorreu, sobretudo, em períodos de prosperidade das exportações sendo que o capital estrangeiro não teve participação significativa neste início de implantação da indústria de transformação no país. Poucas firmas estrangeiras realizaram investimentos. As que realizaram dirigiram-se principalmente para moagem de trigo, produção de açúcar, beneficiamento do caroço de algodão, fabricação de fósforos e indústrias metal mecânicas. A partir da década de 1920, com o término da 1ª Guerra Mundial, entretanto, os investimentos diretos de capital estrangeiro passam a desempenhar papel importante na diversificação da estrutura industrial, com várias empresas instalando no país fábricas subsidiárias e estendendo as atividades a diferentes gêneros industriais. Empresas inglesas e francesas dominavam o embrionário mercado interno nacional, assim como, na oferta da infraestrutura ferroviária, portuária e dos transportes urbanos de nossas primeiras cidades. (Suzigan, 2000).

É só no final do século XX, nos anos 1990, que o acelerado crescimento do investimento direto estrangeiro<sup>1</sup> alimentou expectativas otimistas de que as empresas estrangeiras seriam as protagonistas de um novo estilo de desenvolvimento, a partir de uma base produtiva de maior conteúdo tecnológico, atuando como agentes modernizadores da estrutura empresarial brasileira.

A análise da composição do investimento direto estrangeiro, entretanto, mostra que uma parte considerável foi destinada à aquisição de *ativos já existentes*, o que não pode ser caracterizado como investimento novo no sentido macroeconômico. Sem dúvida o investimento estrangeiro promoveu no plano microeconômico aumento da eficiência e da competitividade em setores relativamente defasados em relação aos padrões internacionais, tornou a estrutura produtiva mais eficiente e reduziu deficiências na infraestrutura, principalmente nas telecomunicações<sup>2</sup>.

A *posteriori* é possível afirmar que a atuação dessas empresas não resultou em maior presença mundial dos produtos feitos no Brasil, enquanto aumentou o conteúdo importado de bens produzidos em outros países aumentando assim o passivo externo da economia (balança comercial deficitária). O principal instrumento utilizado era a importação de componentes e de tecnologia, sendo que o mercado-alvo era o doméstico e em menor medida, a América Latina. Desta forma, o conteúdo exportado pelas empresas transnacionais também não contribuiu de modo efetivo para a exportação. Mesmo assim existia uma visão extremamente otimista em relação ao papel dessas empresas, a de que substituiriam com vantagens as nacionais e que melhorariam o perfil de inserção das exportações brasileiras.

Do ponto de vista da reconfiguração das empresas qual teria sido o impacto das reformas orientadas para o mercado levadas a cabo durante a década de 1990? O aspecto de maior destaque da reestruturação produtiva, para a presente análise, foi a alteração da estrutura da propriedade das maiores empresas brasileiras, crescimento do número de empresas de propriedade estrangeira e queda da participação das empresas de propriedade nacional, que ou foram compradas ou se associaram a grandes grupos econômicos transnacionais, ou desapareceram do mercado.

Assim, as transnacionais, ao assumirem a posição de atores-chave na nova estrutura produtiva brasileira tornaram ainda mais frágeis, ou até mesmo ineficazes, as políticas industriais nacionais uma vez que tais empresas são influenciadas pelas estratégias de crescimento de suas matrizes e pelos setores a que pertencem no plano mundial. Embora tenha ocorrido ganho de competitividade no plano microeconômico, o Brasil manteve sua posição de exportador de produtos primários e de produtos intensivos em recursos naturais. Desse modo, diante das mudanças na composição dos fluxos mundiais de comércio, onde os produtos intensivos em pesquisa tecnológica têm peso crescente, o perfil das exportações brasileiras é desfavorável e a participação do país no mercado mundial estag-

---

1 A participação das empresas estrangeiras no grupo das maiores empresas brasileiras foi crescente ao longo dos anos. Enquanto em 1989 as estrangeiras eram apenas 30% das 500 maiores empresas no Brasil, em 2000 atingiam 46%. (Sarti e Laplane).

2 Até 1995, a indústria concentrava 55% de todo o estoque de capital produtivo estrangeiro no Brasil, enquanto nos anos seguintes predominaram os investimentos destinados aos serviços: eletricidade, gás e água, correio e telecomunicações, intermediação financeira e outros serviços de utilidade pública.

nou. Em síntese, a internacionalização produtiva no Brasil não resultou em maior presença mundial, nem das empresas brasileiras, nem dos produtos feitos no país.

A reconfiguração que se observou no âmbito da estrutura produtiva brasileira, que redefiniu o perfil e a composição dos agentes econômicos, refletiu-se também nas organizações de defesa dos interesses empresariais. De um cenário no qual predominavam o mercado interno protegido e generosas políticas públicas de apoio ao empresariado nacional se implanta um quadro de abertura comercial pautado pela competição. Esse conturbado período econômico foi marcado ainda por baixas taxas de crescimento, redução da produção industrial, aumento do desemprego, redução das exportações e aumento das importações, o que se traduziu em grande número de concordatas, falências, fusões e aquisições. (DINIZ e BOCH, 2004).

Desse modo, o antigo “tripé” que caracterizou o crescimento industrial brasileiro com certo equilíbrio entre o peso dos setores estatais, privado nacional e privado estrangeiro alterou-se profundamente. A partir de então ocorre grande redução das empresas estatais, decorrente das privatizações, drástico estreitamento do espaço das empresas nacionais e influência cada vez maior dos grupos transnacionais. Até poderosas empresas estatais tais como a Cia Siderúrgica Nacional, a Cia Vale do Rio Doce, a Embratel, foram privatizadas. Até mesmo a mais importante das empresas nacionais – a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, fruto da mais intensa mobilização nacional da história econômica brasileira vê alterado seu papel. A Lei 9.478 de 1997 retira do Estado o monopólio estatal da pesquisa, da lavra, do refino e do transporte de petróleo determinada pela Lei 2004 de 1953, assinada pelo Presidente Getúlio Vargas<sup>3</sup>.

Com a abertura do mercado de petróleo e gás, petroleiras estrangeiras se dirigem ao país com o intuito de também atuarem no mercado produtor brasileiro. A competição que então ocorre entre a Petrobras e essas novas produtoras teve de imediato a mudança de comportamento da estatal brasileira. Assim, entre 1994 e 1998, das 15 plataformas adquiridas pela Petrobras, somente três foram construídas no Brasil, com investimentos da ordem de US\$ 600 milhões enquanto as demais, encomendadas a estaleiros no exterior, representaram investimentos totais de US\$ 2,3 bilhões<sup>4</sup>. São numerosas as razões dessa mudança, que vão desde as limitações econômico-financeiras então impostas às empresas estatais, passando pelas exigências dos contratos de financiamento externos e pela falta de capacitação técnica e gerencial dos principais estaleiros nacionais, até as disposições da legislação tributária brasileira, que dispensava tratamento desigual entre o produto nacional e as importações.

Diante das perspectivas de crescente desnacionalização bem como da desarticulação de cadeias produtivas consolidadas, as instituições representativas do empresariado nacional tornam-se mais dinâmicas, buscando formas de atuação capazes de contornar as clivagens setoriais e as divisões internas, mobilizando-se em torno de interesses mais gerais, como será visto na seção seguinte.

## AS NOVAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

Os fatos relatados no item anterior suscitaram a tomada de posição das principais entidades representativas empresariais e de renomados institutos de pesquisa nacionais. Segundo o segmento mais crítico, como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), essas mudanças acarretaram sérios prejuízos ao parque industrial brasileiro e o processo de privatização teria apresentado falhas graves ao conceder vantagens ao capital estrangeiro em detrimento da empresa brasileira, sendo ainda apontada a inoperância de algumas agências reguladoras. (DINIZ E BOCH, 2004)

Para outras instituições empresariais, dentre elas a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP) e o Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada (Sinicon), a abertura econômica e as demais reformas orientadas para o mercado

---

<sup>3</sup> O Plano Nacional de Desestatização já havia diminuído sensivelmente a força do grupo estatal petrolífero, em função das privatizações dos ativos da petroquímica e da indústria de fertilizantes, segmentos de alto valor agregado.

<sup>4</sup> Sobre esse ponto, ver Rappel (2007 e 2011) que, em excelentes artigos, apresenta uma detalhada análise sobre as características do parque nacional de fornecedores para o setor de petróleo e as mudanças na legislação pertinente.

seriam mudanças fundamentais para adequar o país aos novos tempos de globalização e de interdependência econômica. A entrada de capitais estrangeiros seria um componente necessário do novo modelo, em que a presença da empresa estrangeira representaria um fortalecimento da economia nacional. Segundo essa linha de argumentação a origem do capital perde relevância em face da contribuição que a empresa estrangeira poderia dar para a economia nacional. Essa posição é ancorada no fato de que a Constituição de 1988 define como “indústria brasileira” aquela que está no país, investindo, produzindo e criando oportunidade de emprego.

Nesse contexto, cabe destaque a criação da ONIP em 1999, uma organização não governamental, de caráter mobilizador, que reúne os interesses da cadeia produtiva do petróleo em operação no país. No caso da ONIP, foram adotadas estratégias de mobilização visando à cooperação entre seus membros, com intuito de ampliar a participação nacional no fornecimento de bens e serviços para o setor de petróleo e gás e, assim, enfatizar a geração de emprego e renda no País. Sua atuação foi no sentido de priorizar uma linha de atuação impondo requisitos às empresas estrangeiras quanto à utilização de componentes locais, protegendo a cadeia produtiva já instalada no país. Desde então, a ONIP vem promovendo o parque brasileiro fabricante de materiais, de equipamentos, e prestador de serviços para petróleo e gás, nos subsetores de prospecção sísmica, de perfuração de poços, de fabricação e montagem de plataformas *offshore*, de construção de bases portuárias de apoio logístico à produção no mar e de expansão das redes de dutovias para óleo, gás e derivados.

Para garantirem uma participação efetiva nesse rico, promissor e competitivo mundo, as empresas brasileiras, além de competirem com fornecedores estrangeiros altamente capacitados e com ampla experiência no comércio internacional, enfrentam o desconhecimento (ou a má vontade) das grandes empresas multinacionais sobre a real capacidade industrial instalada no País. A ONIP teria assim, a “missão de ampliar a participação nacional no fornecimento de bens e serviços para o setor petrolífero, estimular novos investimentos e desenvolver tecnologia, enfatizando a geração de emprego e renda no país” (DINIZ E BOCH, 2004). Vê-se que embora considerando a participação do capital estrangeiro como fator favorável ao desenvolvimento econômico do país, prioriza uma linha de atuação que impõe requisitos a esse capital quanto à utilização de componentes locais, procurando proteger a cadeia produtiva já instalada, configurando, dessa forma, um novo modelo de articulação empresarial no País<sup>5</sup>.

Por sua vez, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), na qualidade de órgão regulador do setor após a quebra do monopólio estatal em 1997, passou a exigir que as concessionárias de áreas para exploração e produção dessem igualdade de tratamento aos fornecedores locais em todos os seus projetos no Brasil. Sabe-se que a cadeia produtiva de petróleo e gás engloba vasta gama de segmentos industriais e de serviços especializados. Muitos são exclusivos da indústria de petróleo, mas a maioria é multissetorial, pois pode atender a diversas outras áreas industriais, sendo poucas as empresas que têm como clientes exclusivamente as companhias petrolíferas<sup>6</sup>.

Segundo a “Agenda de Competitividade da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás *Offshore* no Brasil”, na construção de uma plataforma de produção *offshore* para águas profundas e de grande porte, 38% dos grupos de itens utilizados em sua fabricação e que representam 45% do valor da plataforma são fornecidos exclusivamente por empresas de outros países. Para outros 37% de grupos de itens, que somam 50% do valor da plataforma, o fornecimento é feito predominantemente por empresas estrangeiras. Ou seja, as empresas fornecedoras instaladas no país não são suficientemente competitivas em boa parte dos equipamentos: conclui-se que somente para 25% dos itens utilizados e que representam apenas 5% do valor da plataforma há fornecimento local garantido, sendo que a maior parte desses bens e serviços é de baixo conteúdo tecnológico e reduzido valor agregado. (RAPPEL, 2011)

---

5 Uma análise detalhada sobre a representação dos interesses empresariais pode ser encontrada em Diniz e Boschi (2004). O caso da Onip é analisado especialmente no capítulo IV: “As reformas e o novo contexto da representação de interesses: a visão das lideranças empresariais”.

6 O parque brasileiro fabricante de materiais e equipamentos e prestador de serviços para a área de petróleo e gás é hoje constituído de 70 mil empresas, das quais 30 mil são fornecedores frequentes, distribuídos por vários estados do Brasil, embora cerca de 70% esteja localizado no eixo Rio de Janeiro-São Paulo. (RAPPEL, 2011).

## AS EMPRESAS TRANSNACIONAIS NO NORTE FLUMINENSE

A partir das listagens das entidades informadas na introdução, realizou-se, inicialmente, a seleção das empresas que seriam filiais de empresas estrangeiras, pois em nenhum dos cadastros citados era possível imediatamente identificar se as empresas listadas eram ou não filiais de empresa estrangeira. A identificação da nacionalidade foi então confirmada com pesquisa virtual no *site* de cada empresa onde se buscou a localização das respectivas matrizes. Assim, a pesquisa sobre o histórico das empresas foi fundamental para indicar sua matriz atual. Atual, porque muitas empresas também passaram por fusões, aquisições e mudaram a origem geográfica do grupo majoritário. Ainda sobre a identificação da nacionalidade das empresas, muitas delas, apesar de adotarem nomes estrangeiros, são de origem nacional. Essas empresas atuam com produtos e serviços de menor valor agregado e relacionam-se, enquanto fornecedoras/prestadoras, com grandes empresas, em sua maioria estrangeiras.

À exceção de empresas transnacionais consolidadas que mantêm seu nome no Brasil, tais como a Schlumberger, Haliburton, Technip e algumas outras fornecedoras, as demais apresentam nomenclaturas com referências em idioma nacional. Como já referido anteriormente, essa etapa da análise de identificação da nacionalidade do grupo empresarial majoritário e/ou da sede se constituiu em grande desafio visto que algumas empresas atuam em mais de quarenta países (a Schlumberger, por exemplo, chega a atuar em 85 países) organizadas com sedes por continentes e outras ainda passaram na sua história por diferentes fusões e transferência de propriedade. Cabe registrar, portanto, a característica efetivamente transnacional das empresas do setor petrolífero.

Desse modo, o termo “transnacional” foi ficando cada vez mais fundamentado na medida em que essas empresas, ao concentrarem e acumularem *know how* tecnológico, atuam globalmente. Seus próprios *sites* as situam em mapas mundiais, apresentando a distribuição das filiais e se intitulam como “empresas globais”, que fornecem equipamentos nos diferentes continentes em que haja exploração e produção de petróleo e gás.

A etapa posterior foi confirmar se a empresa seria atuante no setor de petróleo e gás, e então as classificando como fornecedoras e/ou prestadoras, conforme apresentado no Quadro 1. A quase totalidade dessas empresas é fornecedora de equipamentos e da mão de obra de instalação, operação e manutenção dos mesmos. As demais, que atuam com recrutamento e treinamento de mão de obra, foram classificadas como prestadoras.

Quadro 1: Empresas Multinacionais no Norte Fluminense

Município	Total de empresas industriais	Empresas fornecedoras	Empresas prestadoras	Outras	Total transnacionais
Campos dos Goytacazes	475	1		2	3
Macaé	396	59	3		62
Rio das Ostras	50	4	1		5
São João da Barra	13	6		1	7
Norte Fluminense	934	70	4	3	77

Fonte: FIRJAN, ABESPETRO e ONIP. Tabulação das autoras.

O Quadro 1 indica que Campos dos Goytacazes é o município que embora apresente o maior número de empresas cadastradas na região, tem apenas três empresas estrangeiras, sendo que somente uma, a Schulz, empresa alemã, fornece apenas parcialmente serviços de tubulações ao setor de petróleo e gás.

Macaé é o município que concentra 62 empresas do total de 77 multinacionais identificadas no Norte Fluminense. Todas as empresas de origem estrangeira identificadas em Macaé pertencem ao setor de petróleo e gás. Foi em Macaé que a dinâmica da exploração *offshore* concentrou-se desde a década de 1970, quando a Petrobras instalou-se no município e iniciou as explorações na Bacia de Campos.

Já no município de Rio das Ostras, encontram-se localizadas 50 empresas do setor industrial, segundo dados da FIRJAN. Desse total, apenas cinco são multinacionais fornecedoras e/ou prestadoras

no setor de petróleo e gás. Em Rio das Ostras as indústrias estão concentradas na zona de negócios local que foi instalada em área limítrofe ao polo industrial de Macaé, intensificando a conurbação entre os dois municípios.

Rio das Ostras emancipou-se do município de Casemiro de Abreu em 1992 num movimento de fragmentações registrado nas regiões das Baixadas Litorâneas e Norte Fluminense durante a década de 1990. A emancipação, que já era anseio antigo de parte da população, foi impulsionada pela possibilidade do recebimento de *royalties*. Segundo o Censo Demográfico de 2010, Rio das Ostras foi o município que mais cresceu no estado do Rio de Janeiro e o segundo que mais cresceu no Brasil. O número reduzido de empresas ligadas ao setor de petróleo e gás em Rio das Ostras, mesmo com o incentivo fiscal da zona de negócios, indica que o crescimento populacional do município se deu pelo fato de se tornar cidade dormitório para os trabalhadores da indústria petrolífera instalada em Macaé.

O que ocorreu desde a década de 1970 foi que o crescimento populacional e a urbanização intensificaram-se nos municípios das referidas regiões e as identidades territoriais historicamente ligadas à agricultura, pesca e comércio de expressão apenas local foram significativamente alteradas com a crescente instalação do parque industrial das empresas fornecedoras/prestadoras e operadoras de petróleo e gás. A concentração industrial do setor petrolífero se deu em Macaé, mas atraiu grande contingente populacional e incrementou o mercado de terras, o comércio e serviço dos municípios próximos.<sup>7</sup>

Como já mencionado, Macaé, com 62 empresas listadas, é o segundo município da Bacia de Campos com mais indústrias e concentra o maior número de empresas transnacionais também do Norte Fluminense e do interior do estado do Rio de Janeiro. Só teremos outra concentração expressiva dessas empresas na região do Sul Fluminense, no *cluster* automotivo que reúne em quatro municípios quatro montadoras, a saber: Itatiaia (Hyundai); Porto Real (Peugeot – Citroen); Resende (Nissan) e Barra Mansa (Volkswagen). As montadoras automobilísticas reúnem, até a presente data nessa região, 50 (cinquenta) empresas fornecedoras entre nacionais e estrangeiras.

Outro município com importantes mudanças é São João da Barra. Caracterizado por atividades de pouca expressão econômica, com mão de obra voltada principalmente para as atividades agrárias e da pesca e apenas 13 empresas cadastradas na FIRJAN, este município do Norte Fluminense tem recebido empresas estrangeiras devido ao grande empreendimento do Complexo Industrial e Portuário do Açú. O projeto que inicialmente foi planejado para ser um terminal de exportação de minério de ferro e de uso misto, tendo na sua retroárea um complexo industrial induzido pela instalação de duas siderúrgicas e uma termoeletrica, está passando por radical reorientação. Os projetos das siderúrgicas foram cancelados e o da termoeletrica, prevista para operar com carvão mineral importado da Colômbia, sofreu fortes restrições ambientais, sendo também cancelado. Porém, devido à posição estratégica do porto em relação à Bacia de Campos, empresas fornecedoras estrangeiras do setor petrolífero e estaleiros estão se instalando no município.

Com as perspectivas da exploração e produção com o pré-sal o interesse de empresas do setor que poderão optar pelo Porto do Açú como base de apoio às atividades offshore tem se confirmado. Dentre as empresas atuantes no setor petrolífero instaladas e operando no Porto do Açú estão as estadunidenses InterMoor e NOV, as francesas Technip e Vallourec, a finlandesa Wartsila e, em instalação, o estaleiro estadunidense ECO (Edison Chouest). Há ainda a empresa Anglo American, com sede britânica, responsável pelo escoamento de minério de ferro extraído em Minas Gerais, assim como a empresa Prumo (ex-LLX), que pertence atualmente ao grupo americano EIG, que passou a controlar o porto em substituição ao Grupo EBX, do empresário brasileiro Eike Batista.

Assim, graças à implantação do Porto do Açú e de empresas do setor petrolífero, é São João da Barra, depois de Macaé, o município do Norte Fluminense que mais concentra multinacionais. Ressalta-se serem empresas voltadas para as atividades de petróleo e gás que não produzem encadeamentos significativos, reforçando a especialização neste setor na região.

---

7 O processo de desmembramento territorial dos municípios que mais tarde se associaram para constituir a Organização dos Municípios Produtores de Petróleo – Ompetro, teve início em 1990, com o desmembramento de Quissamã, até então pertencente ao município de Macaé; em 1993, Rio das Ostras separa-se de Casemiro de Abreu e, em 1997, Carapebus, até então pertencente a Macaé, e Búzios, pertencente a Cabo Frio, se tornam independentes.

Ainda sobre o estudo acerca das empresas transnacionais atuantes na Bacia de Campos foi possível conferir, no próprio histórico apresentado pelas empresas, que muitas atuam no setor de petróleo desde o século XIX. As grandes empresas operadoras e fornecedoras permanecem acumulando conhecimento técnico e presença em regiões tradicionais de prospecção de petróleo no mundo, como o mar do Norte, América do Norte, América Latina, Norte da África e Oriente Médio e avançam no século XXI concentrando alta densidade tecnológica.

O Quadro 2 indica a origem das filiais das empresas transnacionais localizadas no Norte Fluminense, com a identificação do país sede. Com base nesse quadro é possível observar que apesar do parque produtivo do setor petrolífero estar distribuído territorialmente em países de diferentes níveis de desenvolvimento dado o determinismo de ocorrência dos recursos naturais, as sedes das empresas e, conseqüentemente, a concentração de capital, permanecem nos países desenvolvidos, na tradicional Divisão Internacional do Trabalho. Os países que se destacam são os EUA (com concentração em Houston); os países nórdicos e o Reino Unido.

**Quadro 2:** Filiais de empresas multinacionais no Norte Fluminense

Países	Filiais no Norte Fluminense
EUA	26
Noruega	11
Reino Unido	12
Holanda	7
França	4
Dinamarca	3
Suíça	3
Alemanha	2
África do Sul, Canadá, Egito, Emirados Árabes Unidos, Finlândia, Grécia, Japão, Luxemburgo, Suécia (uma empresa por país)	9

Fonte: FIRJAN, ABESPETRO e ONIP

Por meio da análise dos dados da ONIP e da FIRJAN, é possível verificar que as empresas nacionais entram minoritariamente como fornecedoras e prestadoras oferecendo serviços de engenharia, alguma produção mecânica e serviços de menor valor tecnológico, como taxi aéreo, pintura, andaimes, alimentação.

Muitas das empresas locais brasileiras reconhecem a importância vital de investir em inovação, contudo, é ainda longo o caminho a percorrer para que essas empresas passem a atuar em segmentos de maior conteúdo tecnológico. O momento atual – diante das características geológicas e locais das reservas do pré-sal – compõe um cenário de desafios inéditos ao parque industrial brasileiro. Portanto, para que as empresas fornecedoras brasileiras possam ampliar e garantir sua participação efetiva nesse mercado será necessário que invistam em inovação tecnológica e qualificação de suas equipes.

Em um mercado aberto à concorrência internacional, contudo, as oportunidades estão disponíveis para todos, independentemente da nacionalidade. Mesmo as empresas transnacionais que dominam segmentos importantes do processo de produção *offshore* vêm investindo em novas pesquisas e desenvolvendo tecnologias capazes de atender aos desafios de extrair petróleo e gás em grande profundidade, como atestam os novos centros tecnológicos localizados na Cidade Universitária da Ilha do Fundão, a exemplo da Schlumberger, Baker Hughes, Halliburton, FMC Technologies, Siemens, Tenaris Confab, entre outras. Desse modo, a Cidade Universitária da UFRJ, que desde 1962 conta com importante centro de pesquisa da Petrobras – o Cenpes – e com o Programa de Planejamento Energético da Coppe, passou a se constituir no mais importante *locus* de pesquisa especializada do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada vem corroborar quantitativa e qualitativamente com as análises sobre a região no momento atual de novos laços entre o Porto do Açu e o setor petrolífero. Em etapa posterior pretende-se contemplar a investigação sobre os tipos de produtos e serviços de fornecedoras e prestadoras de empresas de origem nacional. O levantamento elaborado é apenas um primeiro esforço no sentido de conhecer um dos ângulos da realidade econômica do norte fluminense ainda pouco estudado.

Diante das perspectivas de redução das atividades de produção na Bacia de Campos, uma vez que os investimentos no pré-sal encontram-se direcionados à Bacia de Santos e das mudanças de direcionamento dos investimentos no Porto do Açu, tentar indicar as oportunidades abertas à região apenas com os dados levantados é um exercício temerário. Esta é uma forte razão que exige crescentemente um contingente de pesquisadores que possa desenvolver estudos e projetos pertinentes à realidade da região, de modo a subsidiar políticas públicas de médio e longo prazo voltadas ao benefício da população regional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SERVIÇOS DE PETRÓLEO – ABESPETRO. Disponível em [www.abespetro.org.br](http://www.abespetro.org.br). Acesso em: 29 set. 2014.
- CADASTRO INDUSTRIAL – SISTEMA FIRJAN 2012/2013. Rio de Janeiro: Sistema FIRJAN/EBGE – Editora Brasileira de Guias Especiais, 2013.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- EVANS, Peter. *A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- GONÇALVES, Reinaldo. A economia política do investimento externo direto no Brasil. In: MAGALHÃES, João Paulo de A., MINEIRO, A. e ELIAS, L. A. (orgs.) *Vinte anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- ORGANIZAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO – ONIP. Disponível em [www.onip.org.br](http://www.onip.org.br). Acesso em 29 set 2014.
- PEREIRA, Lia Valls. *As exportações fluminenses: a maldição dos recursos naturais?* In: PINHEIRO, Armando Castelar; VELOSO, Fernando (Orgs). *Rio de Janeiro: um estado em transição*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- RAPPEL, Eduardo. *A exploração econômica do pré-sal e os impactos sobre a indústria brasileira de petróleo*. In: PIQUET, Rosélia (Org). *Mar de Riqueza, Terras de Contrastes: o petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2011.
- SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. *O investimento direto estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 90*. In: LAPLANE, M;
- COUTINHO, Luciano; HIRATUKA, Célio (Orgs). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, Editora da UNICAMP, 2000.